

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

O balanço do desempenho do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE no ano de 1999 revela, como fato de maior relevância, uma elevação expressiva no nível de ocupação. Numa comparação com os anos imediatamente anteriores, esse crescimento pode ter significado uma ruptura no processo de estagnação da geração líquida de postos de trabalho que caracterizou o período 1997/98. Mais do que isso, o ano recém-terminado foi o que apresentou maior aumento na demanda por trabalho desde 1994, quando do lançamento do Plano Real.

Esse resultado reveste-se de conotação particularmente positiva por ter ocorrido em um quadro macroeconômico adverso. O crescimento econômico de 0,8% do PIB em 1999, em que pese superior às expectativas reinantes após a mudança do regime cambial no início do ano, seguido da negociação de um novo programa de ajuste junto ao FMI, foi ainda assim bastante modesto.

É bem verdade que um processo de recuperação do nível de atividade começou a ser delineado a partir de meados do ano passado, em meio a uma paulatina reversão das expectativas dos agentes econômicos. Com isso ocorreu também uma revitalização do mercado de trabalho, que no último quadrimestre gerou mais empregos que no acumulado no ano. Merece ser destacado aqui o papel da indústria de transformação, que não só contribuiu, ainda que modestamente, para emprestar um maior dinamismo à demanda por trabalho, como também interrompeu a trajetória de queda no seu nível de emprego que, com exceção de 1994, vinha ocorrendo desde o início da década.

Já o comportamento da taxa de desemprego foi extremamente similar ao de 1998 em virtualmente todos os meses. Por detrás dessa trajetória comum nos dois anos existem, todavia, quadros bastante distintos. Nos primeiros meses de 1999, a explicação principal para a semelhança das taxas de desemprego foi a retração da oferta de trabalho, haja vista que a demanda não se expandiu. De fato, a taxa de participação, ou taxa de atividade, foi sistematicamente inferior à observada para o respectivo período em 1998. Essa diferença, que chegou a

1,5 ponto percentual, neutralizou boa parte do efeito do crescimento demográfico da População em Idade Ativa (PIA). Nos últimos meses do ano a situação inverteu-se, sendo constatadas as elevações tanto do pessoal ocupado quanto da taxa de participação, que em novembro e dezembro de 1999 foi até superior ao observado nos mesmos dois meses de 1998.

A importância dessa mudança está associada à formação de expectativas a respeito do comportamento da taxa de desemprego no corrente ano. Se, por um lado, há uma série de indícios que tornam lícito esperar uma geração de empregos de magnitude apreciável, por outro, em resposta até mesmo à maior atratividade do mercado de trabalho daí derivada, é possível que a taxa de participação permaneça em alta. Isso ocorrendo, parte do efeito positivo da expansão da ocupação poderá ser neutralizada pela maior pressão da oferta. Vale frisar, contudo, que mesmo que uma queda mais pronunciada na taxa de desemprego não venha a acontecer, se de fato houver geração de empregos em 2000, o mercado estará em melhores condições que no passado recente: no limite, é preferível um mercado gerando empregos, mesmo com taxa de desemprego constante, a um mercado com taxa de desemprego estável, mas sem criar empregos e com o desalento sendo responsável pelo crescimento do número de inativos.

O agregado que apresentou resultados menos satisfatórios em 1999 foi o rendimento médio real, que acusou uma redução significativa entre novembro de 1998 e novembro de 1999. É bem verdade que, depois de mostrar grandes aumentos após o lançamento do Plano Real, ele já vinha diminuindo seu ritmo de crescimento há algum tempo, tendo inclusive declinado ligeiramente em 1998. De qualquer maneira, a queda em 1999 foi acentuada e, por isso mesmo, preocupante. Dada a esperada redução das taxas de inflação, em conjunto com as perspectivas de aumento da demanda por trabalho, pode-se antever um quadro mais favorável para este ano. Não é possível, todavia, descartar por ora a possibilidade de uma pequena queda, mas dessa vez provavelmente acompanhada de elevação da massa de rendimentos.

I - Nível de Ocupação

Depois de ter passado a maior parte do ano em níveis inferiores aos de 1998 (ver gráfico da capa), e em alguns meses abaixo até daqueles observados em 1996, houve uma recuperação expressiva no nível de ocupação no último quadrimestre, quando ele aumentou continuamente, atingindo uma elevação acumulada, no período, de 480 mil trabalhadores ocupados.

Vale destacar que mesmo no mês de dezembro, quando tradicionalmente acontecem retrações em função de dispensas na indústrias e fraco desempenho na semana posterior às festas natalinas, em 1999 foram criados cerca de 140 mil postos de trabalho em termos líquidos. Foi atingido, nesse mês, o nível mais alto de todos os tempos: 16,83 milhões de pessoas ocupadas. É importante salientar que o pico anterior — 16,71 milhões — havia sido registrado em outubro de 1996, ou seja, há mais de três anos.

Outro ponto auspicioso no desempenho recente da demanda por trabalho está associado ao comportamento do emprego na indústria de transformação. Após sucessivas retrações, ocorridas em praticamente todos os anos da década, o final do ano passado foi marcado por uma recuperação do nível da ocupação nesse segmento: na comparação baseada nos respectivos meses de dezembro há um saldo positivo de quase 100 mil postos de trabalho em relação a 1998 (ver Tabela A.2.2, no Anexo Estatístico). Sem dúvida, mais importante ainda que essa constatação para o passado recente é o fato de que tanto as expectativas dos analistas quanto os primeiros indicadores disponíveis apontam para uma sustentação, e mesmo ampliação, do crescimento do emprego industrial ao longo do corrente ano.

Um efeito colateral positivo deste processo é o aumento dos vínculos protegidos pela legislação trabalhista, sob a forma de assalariamento com carteira de trabalho assinada. De fato, se não foi o suficiente para neutralizar completamente as perdas dos primeiros meses de 1999 — o assalariamento sem carteira de trabalho respondeu por praticamente todo o crescimento da ocupação, como pode ser constatado na Tabela A.2.3 no Anexo Estatístico (ver também a seção sobre informalidade, adiante) —, a expansão do emprego industrial dos últimos meses foi acompanhada pelo crescimento dessa forma de inserção no mercado de trabalho: em dezembro último o aumento no número de trabalhadores assalariados com carteira assinada foi superior a 65 mil.

No plano regional, o crescimento da ocupação em 1999 distribuiu-se de forma muito heterogênea. Em termos absolutos, a região metropolitana de São Paulo foi a de melhor desempenho, com um crescimento líquido de 291 mil postos de trabalho ao longo do ano passado (Tabela A.2.1, no Anexo Estatístico). No outro extremo, a ocupação não cresceu na região metropolitana de Recife, enquanto a do Rio de Janeiro apresentou um aumento no seu pessoal ocupado inferior a 13 mil trabalhadores.

Já em termos de crescimento relativo, destaca-se a região metropolitana de Salvador, com uma expansão de cerca de 5% no número de postos de trabalho, São Paulo vindo a seguir com pouco mais de 4%. Essas duas regiões tiveram desempenho superior ao agregado captado pela PME, que indicou um crescimento médio de 2,5% para o conjunto das seis regiões por ela cobertas. Belo Horizonte apresentou uma expansão bastante próxima dessa média, enquanto Porto Alegre e, principalmente, Rio de Janeiro e Recife ficaram abaixo.

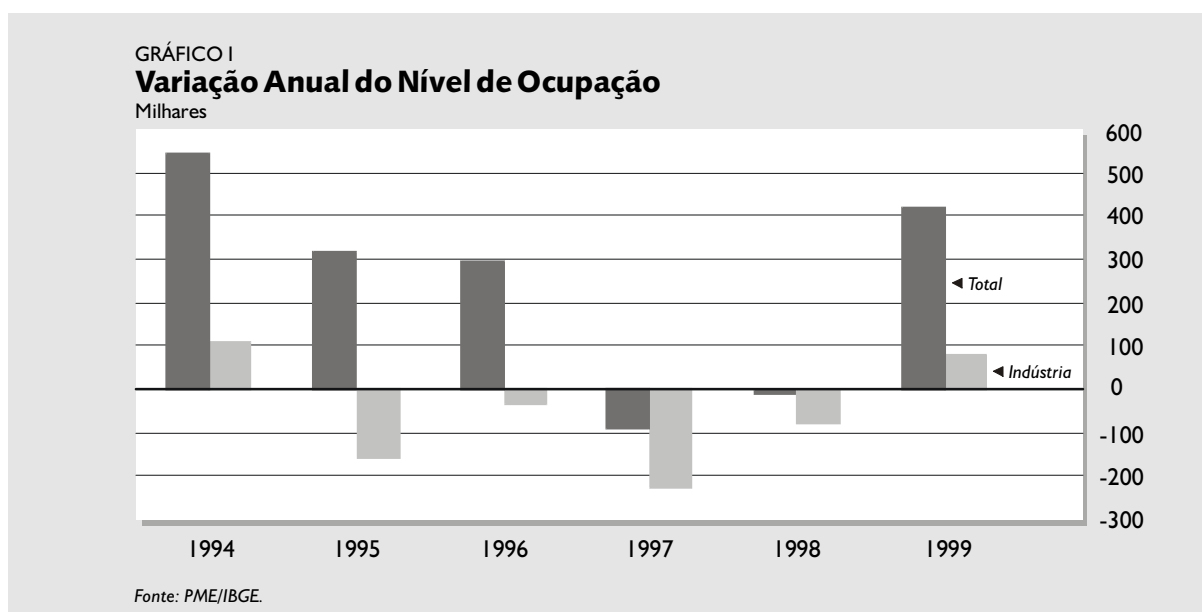
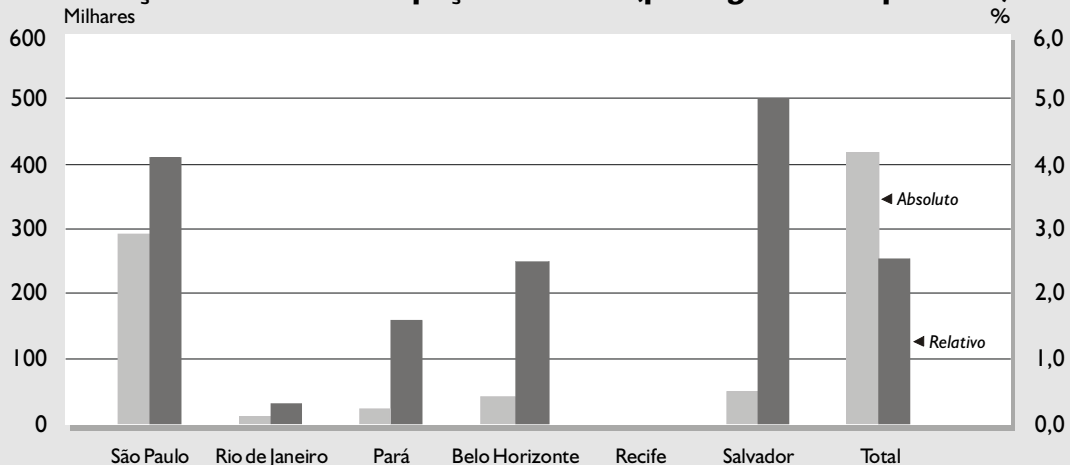


GRÁFICO 2
Varição do Nível de Ocupação em 1999 (por região metropolitana)



Fonte: PME/IBGE.

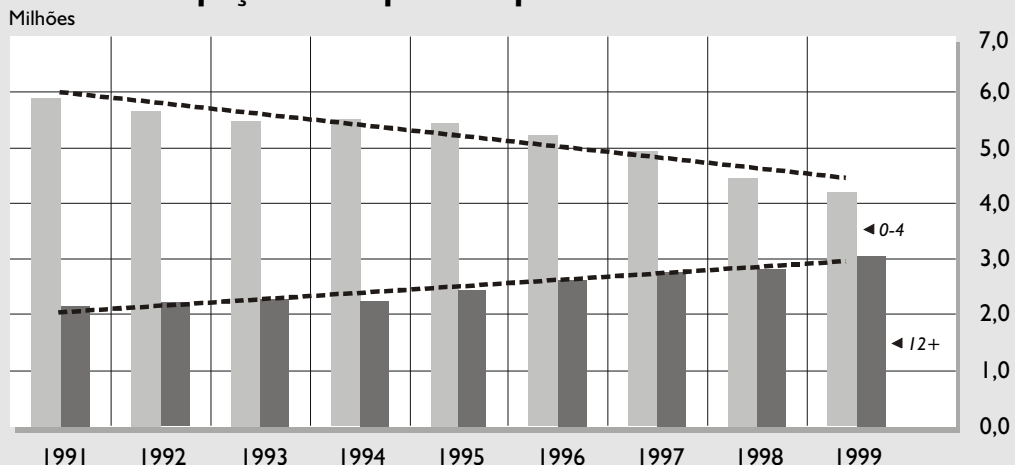
Se a expansão da ocupação foi equilibrada no corte por gênero, o mesmo não ocorreu segundo as faixas etárias. Por um lado, o grupo mais jovem, de 15 a 17 anos de idade, experimentou perdas em termos absolutos, reduzindo seu contingente ocupado em quase 10%. Por outro, as faixas de 40 a 49 anos e 50 a 59 anos de idade apresentaram crescimentos de, respectivamente, 160 mil e 173 mil trabalhadores. Consideradas em conjunto, essas duas faixas, que representam pouco menos de 35% da força de trabalho ocupada, responderam por cerca de 80% da expansão da ocupação em 1999.

O corte que revela resultados mais interessantes para o nível de ocupação é aquele relacionado ao nível de escolaridade dos trabalhadores. Durante 1999, confirmando o padrão observado ao longo de toda a década, houve uma contração do nível de ocupação para pessoas com até quatro anos

completos de estudo, as quais perderam 182 mil postos de trabalho, assim como para os trabalhadores com de cinco a oito anos de escolaridade — menos 31 mil empregos. Ao mesmo tempo, foram registrados expressivos crescimentos para os grupos mais escolarizados — 134 mil postos de trabalho a mais para aqueles com alguma instrução superior e quase 500 mil para os com instrução secundária.

Na verdade, conforme ilustrado no Gráfico 3 a seguir, tomando-se as médias anuais como base de comparação, a redução do número de pessoas com pouca instrução entre o pessoal ocupado é um fato marcante da década de 90. Ao longo desse período, apesar de o nível de ocupação ter se expandido em cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho, esse grupo diminuiu em mais de 1,6 milhão de trabalhadores, de tal forma que sua participação no total, que era de quase 40% em 1991, não passou de 25% em 1999.

GRÁFICO 3
Nível de Ocupação Metropolitana por Escolaridade



Fonte: PME/IBGE.

2 - Oferta de Trabalho

Com exceção de dezembro, quando houve uma queda de um ponto percentual, o melhor desempenho da demanda por trabalho não se traduziu em redução das taxas de desemprego. A razão de ser para tanto foi o comportamento da oferta de trabalho ao longo de 1999. A População Economicamente Ativa (PEA) não acompanhou o ritmo de expansão demográfica da População em Idade Ativa (PIA) durante a maior parte do ano passado, comportamento esse que foi revertido apenas nos últimos meses. De fato, na comparação dezembro a dezembro, a PEA cresceu 2,5%, enquanto na comparação das médias anuais a expansão foi mínima — não mais que 0,2%.

O entendimento desse ponto é facilitado pela análise da taxa de participação ou taxa de atividade. No Gráfico 4 pode ser percebido que após terem permanecido bastante abaixo dos patamares observados em 1998 e 1997, as taxas de participação mensais passaram a crescer a partir de meados do ano e acabaram por ultrapassar as de 1998 e igualem as de 1997 no final de 1999 (embora ainda se mantenham em patamares bem inferiores aos vigentes no início da década, como também ilustrado no gráfico).

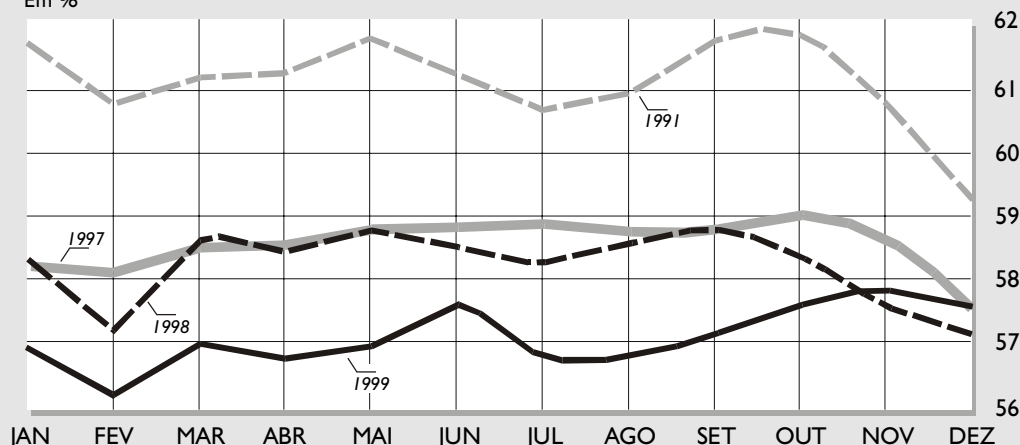
Isso parece indicar que, provavelmente em função também da retomada de dinamismo do mercado de trabalho, que se tornou assim mais atrativo, o contingente de trabalhadores desalentados que dele havia se retirado no primeiro semestre paulatinamente foi regressando à força de trabalho. Essa conjectura torna-se mais verossímil quando se constata um aumento, nos últimos quatro meses, da taxa de participação dos trabalhadores que não são chefes de família, principalmente cônjuges e filhos.

Cabe frisar que essa tendência é observada segundo praticamente todos os cortes e desagregações, conforme pode ser constatado nas tabelas da Seção A.1 do Anexo Estatístico. As exceções dignas de nota são justamente a faixa etária de 15 e 17 anos de idade e o conjunto de trabalhadores com 0 a 4 anos completos de estudo, cuja taxa de participação não apresentou sinais de reversão na sua trajetória de queda mesmo no final do ano. Isso ajuda a entender, em parte, a redução de pessoal ocupado nesses grupos, que foi objeto de destaque na seção anterior.

Embora esse retorno dos assim chamados membros secundários da família ao mercado de trabalho possa ser revestido de uma conotação positiva, ao menos no sentido que em alguma extensão é consequência do maior dinamismo deste, uma eventual permanência dessa tendência pode dificultar uma diminuição das taxas de desemprego neste ano, na medida em que, ao acarretar um aumento na oferta de trabalho além daquele ditado pela expansão demográfica da PIA, coloca pressão adicional em termos da necessidade de geração de empregos.

Colocando a questão em termos numéricos, dado o crescimento demográfico da PIA, na faixa de 2% a 2,5%, se a taxa de participação retornar aos níveis de 1997 — cerca de 1,5 ponto percentual acima dos de 1999 —, o nível de ocupação nos primeiros meses do ano 2000 terá de ser maior que o de 1999 entre 550 e 600 mil postos de trabalho (quase 4%) para que as taxas de desemprego sejam semelhantes às observadas em igual período no ano passado. Essa por certo não é uma meta impossível de ser atingida, mas não se pode afirmar, a partir das informações e indícios disponíveis até o momento, que esteja assegurada.

GRÁFICO 4
Evolução da Taxa de Participação (Anos Recentes)
Em %



Fonte: PME/IBGE.

3 - Taxa de Desemprego

Os dados referentes à PME/IBGE do mês de dezembro de 1999 revelaram uma queda de um ponto percentual na taxa de desemprego, que passou de 7,3% no mês de novembro para 6,3% no último mês do ano passado. Essa redução ocorreu em todas as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, mas foi particularmente expressiva em São Paulo e Porto Alegre, onde chegou a 1,4 ponto percentual (no outro extremo, a diminuição em Salvador foi virtualmente nula).

Com esse resultado, a taxa média de desemprego em 1999 ficou no mesmo nível observado em 1998 — 7,6%. Na verdade, mais do que a média, o comportamento dessa taxa nos dois anos em questão foi bastante similar: uma rápida inspeção no gráfico da capa ou na Tabela A.4.1.1 no Anexo Estatístico revela que em nenhum mês a diferença foi superior a meio ponto percentual. Conforme já destacado no início desta seção, esta aparente estabilidade foi, todavia, resultado de realidades bastante distintas no âmbito do mercado de trabalho, tanto na comparação entre os dois anos quanto, e principalmente, ao longo do ano passado: nos primeiros meses de 1999 as taxas de desemprego não subiram, apesar da estagnação da demanda por trabalho, devido a uma retração da oferta; já no final do ano, quando o nível de ocupação apresentou uma recuperação substancial, o aumento da pressão da oferta impediu que essas taxas caíssem de forma mais acentuada (com exceção, é claro, do mês de dezembro).

Apesar de as posições relativas das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME não terem sofrido alterações de monta (houve troca de posição, ainda assim por pequena margem, apenas de São Paulo com Recife e Porto Alegre com Belo Horizonte), vale notar que a diferença entre a região que tem a maior taxa de desemprego — Salvador — e aquela com a menor — Rio de Janeiro — aumentou: em termos de média anual, ela passou de 4,8 pontos percentuais em 1998 para 5,5 pontos percentuais em 1999, reforçando uma tendência que vem sendo observada durante toda a década.

De modo geral, tanto a taxa como a própria composição do desemprego de acordo com as desagregações por gênero, faixa etária e posição na família não apresentaram maiores alterações no que diz respeito às médias anuais para 1998 e 1999.

Já quanto ao corte por escolaridade, houve mudanças que, mesmo que não constituam surpresa à luz

da trajetória observada nos últimos anos, merecem ser enfatizadas, quando pouco porque vão de encontro a uma espécie de senso comum que se estabeleceu no debate relativo à questão. Primeiro, a Tabela A.4.6 revela que a taxa de desemprego é maior para as faixas intermediárias de escolaridade do que para as faixas extremas. Segundo, essa mesma tabela mostra que o desemprego médio em 1999 foi menor que o de 1998 para as duas faixas com menor escolaridade (0 a 4 e 5 a 8 anos completos de estudo), tendo aumentado para as duas outras (9 a 11 e 12 ou mais). Além disso, a composição do contingente de desempregados segundo o grau de instrução (Tabela A.4.10) também mudou, e de forma até considerável: a participação de trabalhadores com até oito anos de estudo caiu quase 4 pontos percentuais, passando de 57% em 1998 para 53% em 1999.

Nesses termos, não parece procedente a colocação, bastante comum em diversas esferas da sociedade, de que o desemprego afeta mais intensamente, e de forma crescente, os trabalhadores com menor qualificação. Na verdade, o que se observa é justamente o oposto. Infelizmente não se pode tirar conclusões mais animadoras dessa constatação, na medida em que a explicação principal para ela é a redução na taxa de participação no mercado de trabalho desse estrato da população. Isso que dizer que os trabalhadores pouco qualificados não são os mais afetados pelo desemprego, e o são cada vez menos, porque estão se retirando do mercado, provavelmente em função do desalento.

O ano que se encerrou, uma vez mais confirmando a tendência do passado recente, também não foi auspicioso no que se refere à duração do tempo de desemprego. Levando em consideração as médias anuais, a Tabela A.4.13 revela que diminuiu a proporção de desempregados que estão nessa condição em todas as faixas de tempo inferiores a um ano, de tal sorte que aqueles que estão procurando trabalho, sem sucesso, há mais de 12 meses aumentaram sua participação em quase 1,5 ponto percentual, já representando cerca de 1/7 do total de desempregados. Na análise da evolução mensal desse quadro em 1999, chama a atenção o fato de o desemprego de longa duração ter aumentado nos últimos meses, quando houve uma apreciável expansão do nível de emprego. Esse é um indício preocupante, haja vista que sinaliza que esses trabalhadores permanecem enfrentando dificuldades de colocação no mercado, mesmo em circunstâncias a princípio mais favoráveis.

4 - Rendimentos

O rendimento real médio no mês de novembro¹ de 1999 foi 2,2% superior ao do mês de outubro. Não obstante, a perda acumulada nos últimos 12 meses, segundo os dados do IBGE, foi superior a 8%. De forma semelhante, houve aumento da massa salarial em novembro *vis-à-vis* outubro, haja vista que tanto os rendimentos médios quanto o número de pessoas ocupadas cresceram, mas na comparação de 12 meses observou-se uma queda de cerca de 7%.

Em relação às médias anuais, pode-se estimar que as perdas de rendimento real em 1999 venham a ser superiores a 5%. Na realidade, isso representa a continuidade de um processo iniciado por volta de 1996. Após ganhos expressivos no período imediatamente pós-Real, o crescimento dos rendimentos reais foi perdendo fôlego paulatinamente, e já em 1998 constatou-se um ligeiro declínio na média anual, ainda que em proporções bem menores do que no ano passado.

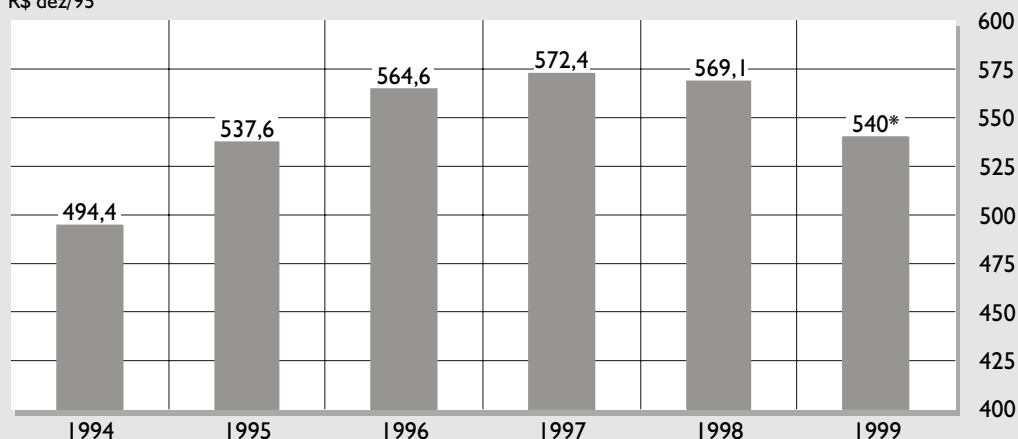
No plano regional, o comportamento do rendimento real entre novembro de 1998 e de 1999 mostra algumas diferenças consideráveis. Enquanto Recife e Rio de Janeiro experimentaram pequenas perdas (-0,5% e -1,9%, respectivamente), Salvador e São Paulo tiveram reduções bem mais agudas (-13,3% e -10,0%), enquanto Belo Horizonte e Porto Alegre situaram-se em um patamar intermediário (-5,1% e -6,8%). Com isso, nos últimos meses aconteceram duas mudanças na posição relativa das metrópoles: o Rio de Janeiro voltou a ter o segundo maior rendimento real, após São Paulo, com Porto Alegre passando para a terceira posição; já Salvador passou a ser a região de menor rendimento real, em vez de Recife.

Os dados relativos à evolução dos rendimentos reais por gênero e escolaridade guardam um traço em comum. Quando se procede à comparação de novembro a novembro, as perdas das mulheres são bastante parecidas com aquelas dos homens: -7,6% e -8,1%, respectivamente. Já no que tange às médias de janeiro a novembro de cada ano, existe uma diferença não-desprezível, pois enquanto os homens tiveram seus rendimentos reais reduzidos, em média, 5,9%, a perda das mulheres foi de apenas 2,1%. Da mesma forma, as perdas de ponta a ponta dos trabalhadores menos escolarizados são quase idênticas às dos mais escolarizados (-8,6% e -8,5%, respectivamente), mas em termos de média ao longo do ano são menores para o primeiro grupo (-5,5% contra -7,5%). Em ambos os casos a razão para tanto parece ser o fato de os grupos mais favorecidos, no caso homens e trabalhadores mais instruídos, terem se beneficiado mais durante a fase de recuperação do dinamismo do mercado de trabalho no final do ano, enquanto os outros dois não lograram fazê-lo.

No tocante às expectativas para o presente ano, os indícios de redução das pressões inflacionárias na economia, em conjunto com um quadro mais favorável ao crescimento da demanda por trabalho, permitem imaginar uma trajetória menos desfavorável para os rendimentos reais. De qualquer maneira parece pouco provável uma recuperação destes, pelo menos de imediato, até mesmo por conta dos fatores sazonais desfavoráveis no início do ano. Não obstante, há razões que tornam lícito esperar um aumento da massa salarial, mormente em função da existência de uma série de condições propícias à elevação do número de trabalhadores ocupados.

¹ Essa variável tem um mês de defasagem em relação às demais na PME/IBGE.

GRÁFICO 5
Rendimento Médio Anual
R\$ dez/95



Fonte: PME/IBGE.
* Estimativa.

5 - Informalidade

Segundo os dados da PME/IBGE, os bons resultados do mercado de trabalho em 1999 (no que diz respeito ao nível de ocupação) não foram correspondidos por uma melhoria no quadro da informalidade: houve uma diminuição de cerca de 8 mil empregos formais, ao mesmo tempo em que os 418 mil novos postos criados ao longo do ano se distribuíram entre os segmentos dos trabalhadores sem carteira assinada (cerca de 95% do acréscimo havido na ocupação) e dos trabalhadores por conta própria.

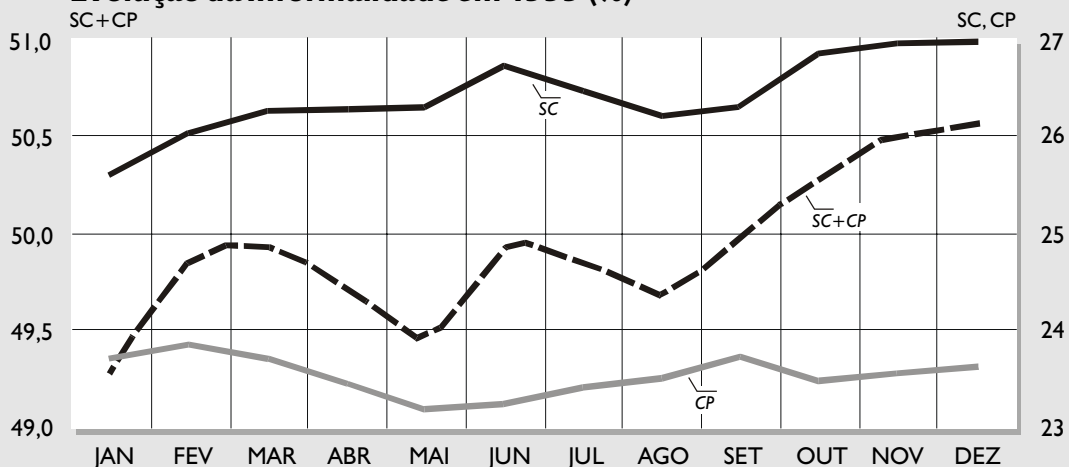
Um panorama desfavorável como esse deve, contudo, ser matizado por uma visão mais circunstanciada da evolução da ocupação no primeiro e no segundo semestres. De fato, como pode ser acompanhado nas Tabelas A.2.1 e A.2.3 do Anexo Estatístico, a evolução da informalidade em cada um desses subperíodos foi bastante distinta: enquanto no primeiro semestre houve — para um crescimento na ocupação total de cerca de 68 mil postos de trabalho — uma *perda* de 141 mil vagas formais e um aumento de 253 mil trabalhadores sem carteira, já no segundo semestre o emprego com carteira teve um aumento de 132 mil postos, em um total de cerca de 350 mil novas ocupações.

Esses resultados são a expressão das respostas diferenciadas que as distintas formas de inserção ocupacional dão aos movimentos que se verificam no nível geral de atividades: como já comentado acima, o início do primeiro semestre foi dominado pelas incertezas geradas pela crise cambial de fevereiro, a qual, contudo, abriu espaço para uma mudança da política econômica (taxas de câmbio e de juros mais favoráveis à produção interna), permitindo a elaboração de expectativas mais promissoras

por parte dos agentes econômicos. Enquanto a conjuntura do início do ano, francamente desfavorável ou, no mínimo, incerta, “queimou” ao redor de 140 mil empregos formalizados e “produziu” 253 mil sem carteira. Como pode ser visualizado no gráfico abaixo, apesar de os números do emprego formal terem sido bastante favoráveis no final do ano, isso não foi suficiente para evitar que a curva de informalização continuasse crescendo, embora se possa perceber uma ligeira inflexão na intensidade do seu ritmo. Isso mostra como é complexo o fenômeno da informalidade, mostrando que, para se entrar em um processo definido de reversão da atual tendência, além de um crescimento econômico expressivo e sustentado, há que se considerar, também, a necessidade de, entre outras medidas, serem também alterados alguns dos parâmetros de custos indiretos associados à mão-de-obra, de forma a se criar um novo referencial para as decisões empresariais nesse campo.

Considerando os rendimentos médios, os resultados dos últimos 12 meses, até novembro de 1999, mostram um comportamento diferenciado: enquanto os trabalhadores com carteira observaram um decréscimo praticamente idêntico à diminuição média verificada para todas as formas de inserção ocupacional (-8%), que foi, como já apontado anteriormente, equivalente à elevação de preços ocorrida no período, os assalariados sem carteira tiveram um decréscimo bem menor, da ordem de 3,5%. Mais do que associar esse melhor desempenho dos sem carteira ao aumento da ocupação verificado nesse segmento (veja observações acima), cabe indagar se o mesmo não estaria refletindo uma possível troca de ocupações do mercado formal, em média melhor remuneradas, por ocupações informais.

GRÁFICO 6
Evolução da Informalidade em 1999 (%)



Fonte: PME/IBGE.